

SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA

TEODICEIA

OU

TRATADO ELEMENTAR DA RELIGIÃO NATURAL E DA RELIGIÃO REVELADA

Prefácio de ANTÓNIO BRAZ TEIXEIRA

Tradução de RODRIGO S. CUNHA



COLECÇÃO PENSAMENTO PORTUGUÊS

IMPRESA NACIONAL - CASA DA MOEDA

Título: Teodiceia ou Tratado Elementar
da Religião Natural e da Religião Revelada

Autor: Silvestre Pinheiro Ferreira

Edição: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Concepção gráfica: Departamento Editorial da INCM

Tiragem: 800 exemplares

Data de impressão: Abril de 2005

ISBN: 972-27-1389-2

Depósito legal: 225 110/05

ÍNDICE

Índice	11
<i>Prefácio</i> , por ANTÓNIO BRAZ TEIXEIRA	25
Notícia do tradutor, por RODRIGO S. CUNHA	35
Advertência	41

PRIMEIRA PARTE

DA RELIGIÃO NATURAL	47
---------------------------	----

SEGUNDA PARTE

DA RELIGIÃO REVELADA	61
----------------------------	----

Teodiceia

ou

*Tratado Elementar
da Religião Natural
e
da Religião Revelada*

pelo

Comendador Silvestre Pinheiro Ferreira
Ministro de Estado honorário
Membro da Academia das Ciências de Lisboa
Correspondente da Academia das Ciências Morais
e Políticas do Instituto de França, da Academia
de Estanslau de Nancy, da Sociedade Literária
e do Instituto Histórico do Rio de Janeiro, etc., etc.

Lisboa

1845

Índice

PRIMEIRA PARTE

DA RELIGIÃO NATURAL

Parágrafos

1. Introdução.
2. Das relações existentes entre os atributos de Deus e a moral do homem — Religião natural.
3. Dos estreitos limites das nossas faculdades: fonte primeira das nossas faltas.
4. Vantagens de uma boa consciência.
5. Dos socorros inesperados da Providência.
6. Origem da resignação e do fatalismo.
7. O que é a resignação?
8. Deveres que ela impõe.
9. Vantagens daí resultantes.
10. Cegueira dos fatalistas.
11. Deploráveis consequências do fatalismo.
12. Do dever de reconhecimento para com a bondade infinita de Deus.
13. Das inspirações da graça, consideradas como o maior dos benefícios da Divindade.
14. Das duas maneiras empregadas pela Providência para nos assistir com a sua graça.
15. Provas da origem divina da graça.
- 16-22. Do modo de acção de Deus sobre as criaturas.
- 23-30. Da influência da educação e dos hábitos contraídos — devida apreciação das doutrinas frenológicas.
31. Das tentações.
- 32-35. Dos remorsos — Do pressentimento de uma conta a prestar depois da morte.
- 36-40. Insuficiência das doutrinas da moral filosófica.
- 41-42. Necessidade e insuficiência das leis penais.
- 43-44. Necessidade de uma religião revelada, reconhecida pela razão.

SEGUNDA PARTE

DA RELIGIÃO REVELADA

CAPÍTULO I

DOS CARACTERES DA RELIGIÃO REVELADA

- 45. Necessidade de uma religião revelada, atestada pela história.
- 46-47. Da profecia e dos milagres considerados como provas de uma missão divina.
- 48-49. Diversas espécies de profecia.
- 50-57. Rectificação das ideias vulgares respeitantes aos milagres — o dom dos milagres não é senão o dom da profecia.
- 58-76. Necessidade de um terceiro carácter da missão divina; a pureza da moral — Excelência deste carácter.
- 77-81. Necessidade das práticas religiosas e de um culto externo.

CAPÍTULO II

DA ÚNICA REVELAÇÃO VERDADEIRA, CONTIDA NOS LIVROS DO ANTIGO E DO NOVO TESTAMENTO

- 82. Da Lei de Moisés, dos Livros dos Profetas e do Evangelho de Jesus Cristo, únicas Religiões reveladas verdadeiras.
- 83-113. Da autenticidade dos Livros do Antigo e do Novo Testamento.

CAPÍTULO III

DOS CARACTERES QUE DISTINGUEM A VERDADEIRA IGREJA DE JESUS CRISTO: E DOS DIVERSOS SIGNIFICADOS DO NOME — IGREJA UNIVERSAL OU CATÓLICA

- 114-138. Que cumpre distinguir a Igreja universal propriamente dita: o conjunto da Igreja triunfante e a Igreja militante, relativamente à Igreja universal impropriamente dita: o conjunto dos fiéis numa certa época, ou a Igreja militante.
- 139-147. Que é preciso não confundir a Igreja universal propriamente dita com a Igreja universal ainda impropriamente dita, para designar o conjunto dos Prelados da Igreja numa certa época.

CAPÍTULO IV

DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE DOCTRINA DA RELIGIÃO CRISTÃ E DOS CARACTERES DO DOGMA

PRIMEIRA SECÇÃO

Da divisão das doutrinas e das fontes onde cumpre consultá-las

- 148. Da doutrina cristã: o Dogma e a Disciplina.
- 149. Do Dogma: os Mistérios, os Sacramentos, e a Moral.
- 150-156. Dos caracteres essenciais e distintivos do Dogma.

SEGUNDA SECÇÃO

*Das Sagradas Escrituras consideradas como fonte
primeira das doutrinas da Religião Cristã*

- 157-175. Das Sagradas Escrituras consideradas em si mesmas. Princípios de Hermenêutica sagrada.

TERCEIRA SECÇÃO

*Da Tradição considerada como segunda fonte das doutrinas
da Religião Cristã e única intérprete das Sagradas Escrituras*

- 176-182. Das duas espécies de Tradição: escrita e não escrita.
 - 183. A Tradição escrita, como único intérprete legítimo das Sagradas Escrituras, para fundamentar os dogmas de fé divina.
 - 184. A Tradição não escrita servindo de base às crenças piedosas.
 - 185. Teses fundamentais sobre a natureza e o uso da Tradição escrita.
 - 186. Decisão do Concílio de Trento a esse respeito.
 - 187. Objecções dos Protestantes a esta decisão.
- 188-191. Resposta a essas objecções.
 - 192. Reconhecimento implícito dos Protestantes.
 - 193. Que o decreto do Concílio não concerne senão à Tradição escrita.
- 194-278. Passagens dos Santos Padres confirmando as doutrinas contidas nos parágrafos precedentes.

CAPÍTULO V

DOS MISTÉRIOS DA RELIGIÃO CRISTÃ

PRIMEIRA SECÇÃO

Enumeração dos Mistérios da Religião Cristã

- 279. Dos quatro Mistérios do Cristianismo.
- 280. Símbolo dito dos Apóstolos compreendendo os quatro Mistérios.

SEGUNDA SECÇÃO

Do Mistério da Santíssima Trindade

- 281. Exposição deste Mistério.
- 282-284. Duas espécies de heresias relativas ao Mistério da Trindade.
- 285. Partido que os heterodoxos pretendem tirar da diversidade de opiniões de alguns Santos Padres relativamente a este Mistério.
- 286. Refutação das induções sobreditas.

TERCEIRA SECÇÃO

Do Mistério da Encarnação

- 287-289. Exposição deste Mistério.
- 290-295. Argumentos dos Dissidentes que negam a divindade de Jesus Cristo.
- 296-297. Resposta a esses argumentos.
- 298. Distinção entre este Mistério e a virgindade da Mãe de Jesus Cristo, Deus e homem ao mesmo tempo.

QUARTA SECÇÃO

Do Mistério da Eucaristia

- 299-305. Exposição da doutrina católica concernente a este Mistério.
- 306-307. Em que consiste o Mistério da Eucaristia.
- 308-319. Argumentos dos heréticos que tomam em sentido figurado as passagens do Evangelho nas quais este dogma é baseado.
- 320. Resposta dos Católicos.
- 321. Réplica dos heterodoxos.
- 322. Resposta dos Católicos a esta réplica.
- 323-324. Da divergência de opiniões entre as diversas confissões que admitem a presença real.
- 325. Objecções dos Protestantes contra a adoração da hóstia.
- 326. Resposta dos Católicos a tais objecções.

QUINTA SECÇÃO

Do Mistério da Ressurreição e da sorte que espera os homens depois da morte

- 327-330. Exposição da doutrina cristã respeitante a este Mistério.
331. No que consiste o Mistério da Ressurreição.
- 332-333. Da recompensa dos justos e da punição dos maus depois da morte.
- 334-341. Das expressões: *céu* e *inferno*, empregadas pelos Autores sagrados para designar quer as recompensas e as punições, quer os lugares de morada do homem depois da morte.
- 342-356. Objecções dos incrédulos contra a eternidade das penas.
- 357-375. Resposta dos cristãos a estas objecções.

SEXTA SECÇÃO

Considerações gerais sobre os Mistérios do Cristianismo

- 376-377. Da incompreensibilidade e da inefabilidade consideradas como caracteres essenciais dos Mistérios do Cristianismo.
378. Do diferente valor destas duas expressões.
- 379-383. Em que sentido se entende dizer que os Mistérios do Cristianismo são incompreensíveis.
- 384-385. Por que é que os Mistérios do Cristianismo, sendo incompreensíveis, são superiores à razão humana, sem ser contraditórios.
- 386-391. Em que sentido se diz que os Mistérios do Cristianismo são inefáveis — aqui a expressão incompreensível é equivalente à de inefável.

SÉTIMA SECÇÃO

Confirmação do conteúdo da secção precedente, deduzida das doutrinas concernentes ao Mistério da Santíssima Trindade

- 392-410. Exposição das diversas heresias relativas a este Mistério com a citação das principais passagens do Evangelho e dos Santos Padres alegadas em abono.
- 411-440. Refutação destas heresias e demonstração da equipolência dos dois epítetos: *incompreensível* e *inefável* aplicados ao Mistério da Santíssima Trindade.
- 441-444. Resumo das doutrinas desenvolvidas nesta secção.

CAPÍTULO VI

DOS SETE SACRAMENTOS RECONHECIDOS PELA IGREJA CATÓLICA

PRIMEIRA SECÇÃO

Dos Sacramentos em geral

- 445-458. Dos diversos significados dados em diferentes épocas à palavra Sacramento — Das Instituições Cristãs às quais se poderia applicá-la, no sentido em que, na falta de uma definição autêntica, nos servimos dela conforme Santo Agostinho.
- 459-462. Decreto do Concílio de Trento destinado a pôr um termo às discussões provenientes da falta de uma definição autêntica da palavra Sacramento.
463. Revolta dos Protestantes contra esta decisão do Concílio.
- 464-467. Esclarecimento do mal-entendido em que assenta o argumento dos Protestantes.

SEGUNDA SECÇÃO

Do Sacramento da Ordem

ARTIGO I

Das atribuições do Sacerdócio e das decisões tanto disciplinares como dogmáticas das diversas Autoridades eclesiásticas

468. Das diversas atribuições do Sacerdócio.
- 469-473. Das decisões das autoridades eclesiásticas em geral.
- 474-479. Das decisões penais ou o anátema em particular.

ARTIGO II

Da autoridade dos concílios gerais e do princípio do livre exame

480. Estado da questão.
- 481-489. Argumentos dos que defendem a infalibilidade dos Concílios.
- 490-553. Resposta dos Dissidentes a estes argumentos.
554. Doutrina dos Protestantes sobre o direito de livre exame.
555. Objecções dos Católicos.
556. Mal-entendido dos dois lados.
557. Princípios admitidos pelos dois partidos.
558. Consequência imediata, precisando o verdadeiro pensamento dos Protestantes.
559. Consequência semelhante, mostrando que no fundo é também essa a crença dos Católicos.
- 560-563. Declarações muito positivas neste sentido de alguns ilustres Doutores Católicos.

ARTIGO III

Da hierarquia eclesiástica e da primazia da Santa Sé de Roma

- 564-565. Ponto de vista geral.
- 566-572. Aumento progressivo das atribuições acidentais da primazia da Santa Sé conferidas ou consentidas pelos outros Prelados com vista ao maior benefício da Igreja.
- 573-577. Passagens da Sagrada Escritura nas quais está baseada a crença do primado concedido a São Pedro e a seus sucessores.
- 578-579. Opinião daqueles que vêem como de direito divino todas as atribuições actuais da primazia da Santa Sé.
- 580-599. Resposta dos que não consideram como sendo de direito divino senão um certo número dessas prerrogativas.
- 600-629. Passagens dos Santos Padres e dos Concílios tendentes a provar a jurisdição sem limites do primado de Pedro e seus sucessores.
- 630-670. Outras destinadas a provar que esta primazia não é ilimitada.
- 671-687. Conclusão: Exposição das ideias sobre as quais todos os Católicos estão de acordo relativamente à primazia da Santa Sé.
- 688-699. Do direito de julgar e de punir inerente ao de vigilância que pertence, segundo diferentes instâncias, a todos os Prelados da Igreja.
- 700-710. Da opinião de alguns Católicos que atribuem ao Pontífice Romano o dom da infalibilidade.
- 711-714. Que o Bispo de Roma é o Primaz da Igreja porque é o sucessor de São Pedro e não porque é bispo de Roma.
- 715-723. Do carácter distintivo entre o Bispo e o simples Sacerdote.

ARTIGO IV

Da Pregação e da Oração

Da Pregação do Evangelho: primeiro dever do Sacerdote cristão

- 724-732. Que a Persuasão e a Tolerância são os caracteres essenciais da Religião Cristã.
- 733-757. Da Oração: Meio indicado aos cristãos pelo divino Mestre como o único meio de repelir as tentações e de obter a graça indispensável a todo o filho do pecado, para cumprir os seus deveres. Da necessidade do culto externo.
- 758-791. Da intercessão, comunicação e invocação dos Santos.
- 792-793. Resposta às censuras dirigidas pelos Protestantes à Igreja Católica acerca da canonização dos Santos.

ARTIGO V

Do carácter da ordem e do celibato dos Sacerdotes

- 794-797. O que é o carácter da ordem: por que se diz indelével.
- 798-822. Da condição do celibato dos Sacerdotes durante os doze primeiros séculos da Igreja.
- 823-832. Do verdadeiro espírito da Igreja relativo à ampliação desta condição conforme a nova disciplina desde o século treze.

TERCEIRA SECÇÃO

Do Sacramento do Baptismo

ARTIGO I

Do Baptismo considerado como cerimónia de iniciação

- 833-838. Motivos e origem desta instituição.
- 839-848. Conveniência da administração do Baptismo às crianças.
- 849-850. Condições de validade do Baptismo e por que se diz que imprime um carácter.

ARTIGO II

Do Baptismo considerado como cerimónia de purificação do pecado original

- 851-897. Em que sentido nos ensina a Revelação que nascemos todos maculados de um pecado dito original.
- 898-899. Texto do Génesis onde se fala da queda dos nossos primeiros pais, literalmente entendido pela Igreja.
- 900-913. Objecções dos Incrédulos contra a interpretação literal desta passagem: Interpretação alegórica imaginada por eles.
- 914. Decisão do Santo Concílio de Trento a este respeito.

ARTIGO III

Da Graça e da Predestinação

- 915-918. Exposição da doutrina, segundo a frase da Escritura e dos Santos Padres.
- 919-922. Impressões lamentáveis produzidas sobre os espíritos tímidos por uma falsa inteligência desta doutrina.
- 923-971. Explicação inteiramente natural, mui simples e claríssima desta importante doutrina, conforme os Santos Padres e concílios da Igreja.

ARTIGO IV

Da sorte das pessoas mortas sem ter recebido o Baptismo

- 972-979. Estado da questão: Pontos acerca dos quais todos os Cristãos estão de acordo e as Sagradas Escrituras são explícitas. Pontos acerca dos quais, não se explicando as Sagradas Escrituras, os Cristãos, do consenso da Igreja, se dividem em várias opiniões.
- 980-990. Argumentos daqueles que votam a uma condenação eterna qualquer pessoa morta sem receber o Baptismo; seja qual for a idade em que morra; o país onde nasça e a época em que haja vivido, antes ou depois da instituição deste Sacramento; com excepção única dos Judeus e dos seus antepassados até à pregação do Evangelho.
- 991-1021. Opiniões diversas, uma tendente a limitar esta condenação às pessoas que tendo tido conhecimento da doutrina do Evangelho não a abraçaram ou a repudiaram.

QUARTA SECÇÃO

Do Sacramento da Confirmação

- 1022-1024. Doutrina Católica acerca da origem deste Sacramento — Opinião em contrário das confissões dissidentes.
- 1025-1029. Distinção entre a cerimónia e as circunstâncias no modo da celebração que tem podido variar e variou, consoante os tempos.
- 1030-1034. Provas da existência da cerimónia distinta da administração do Baptismo, desde os primeiros séculos da Igreja.

QUINTA SECÇÃO

Do Sacramento da Penitência

ARTIGO I

Da instituição do Sacramento da Penitência e das diversas maneiras como tem sido administrado

- 1035-1037. Instituição e fim deste Sacramento.
- 1038-1043. Antiga origem da confissão auricular.
- 1044-1051. Instituição e motivos das penitências públicas.

ARTIGO II

Objecções dos Dissidentes contra a necessidade da confissão

- 1052-1063. Passagens dos Santos Padres alegadas pelos Dissidentes em abono de sua opinião.
- 1064-1066. Explicação dessas passagens de acordo com a doutrina dos Católicos.

ARTIGO III

Das indulgências nas diferentes fases da administração do Sacramento da Penitência

1067. Das indulgências durante os primeiros séculos da Igreja e enquanto as penitências públicas estavam em uso.
- 1068-1072. Significado que os Católicos atribuem a esta expressão depois que as penitências públicas deixaram de estar em uso.
- 1073-1088. Objecções dos Dissidentes contra esta doutrina e contra a da necessidade de uma expiação, que lhe serve de base.
1089. Explicação da doutrina Católica: Acordo do sentido que se atribui actualmente à palavra Indulgências, com o que os Santos Padres atribuem à palavra expiação.
1090. Das Indulgências consideradas como sufrágios pelas almas dos fiéis detidas no Purgatório.

ARTIGO IV

Da Confissão auricular

- 1091. Significado primitivo desta expressão.
- 1092-1093. Opinião dos Protestantes sobre a origem desta prática religiosa. Equívoco em que assenta esta opinião.
- 1094. Verdadeiro estado da questão.
- 1095. Objecções apresentadas pelos Protestantes.
- 1096-1101. Resposta dos Católicos à primeira dessas objecções.
- 1102-1116. Passagens dos Santos Padres citadas pelos Protestantes em apoio da sua segunda objecção.
- 1117-1120. Resposta dos Católicos à segunda objecção explicando o verdadeiro sentido quer das doutrinas da Igreja quer das passagens dos Santos Padres alegadas pelos seus adversários.
- 1121-1122. Resposta à terceira objecção fundamentada nos pretensos inconvenientes da confissão auricular.
- 1123-1136. Resposta à quarta objecção fundada na suposição de que a Igreja confunde o que há de direito divino na confissão, com o que não é senão de direito eclesiástico.

ARTIGO V

Do Purgatório

- 1137-1138. Doutrina dos Católicos respeitante ao Purgatório.
- 1139. Primeira objecção dos Dissidentes.
- 1140-1141. Resposta dos Católicos.
- 1142. Segunda objecção.
- 1143. Resposta.
- 1144. Doutrina dos Católicos relativa aos sufrágios pelas almas detidas no Purgatório.
- 1145. Opinião contrária dos Protestantes e outros Heterodoxos.
- 1146-1147. Que o principal erro dos Protestantes consiste em afirmar que os Católicos vêem esta doutrina como sendo de fé divina.
- 1148-1170. Passos dos Santos Padres afirmando a existência do Purgatório e a utilidade dos sufrágios e das indulgências pelos mortos.
- 1171-1175. Explicação clara e positiva do significado racional destas expressões no sentido da Igreja Católica.
- 1176-1204. Passagens dos Santos Padres e outros Doutores da Igreja mostrando a injustiça da censura dirigida aos Católicos pelos Protestantes.

SEXTA SECÇÃO

Do Sacramento da Eucaristia

- 1205-1206. Da instituição deste Sacramento e do modo de o administrar durante os primeiros séculos da Igreja.
- 1207-1209. Das cerimónias actuais: e nomeadamente da celebração da Missa: Objecções dos Protestantes: Resposta dos Católicos.

SÉTIMA SECÇÃO

Do Sacramento da Extrema-Unção

- 1210-1212. Doutrina Católica respeitante a este Sacramento.
- 1213. Objecções dos Protestantes.
- 1214-1219. Resposta dos Católicos.

OITAVA SECÇÃO

Do Sacramento do Matrimónio

- 1220-1221. Da instituição e do fim do Matrimónio segundo os Católicos.
- 1222-1231. Objecção dos Dissidentes contra os Católicos que fundamentam a sua doutrina no versículo 22 da Epístola de São Paulo aos Efésios.
- 1232-1234. Objecções extraídas de alguns Escritores Católicos.
- 1235. Resposta dos Católicos.
- 1236-1240. Estado da questão formulada pelos Dissidentes.
- 1241-1243. Resposta dos Católicos.
- 1244. Que o Matrimónio é um Sacramento no sentido do decreto do Concílio de Trento.
- 1245-1252. Discussão da questão relativa aos casamentos mistos.
- 1253-1257. Do divórcio. Argumentos deduzidos da Escritura para provar a indissolubilidade do matrimónio.
- 1258-1270. Argumentos em contrário.
- 1271-1273. Doutrina Católica estabelecendo que o casamento não poderia ser dissolvido senão em presença de motivos gravíssimos.

CAPÍTULO VII

DA MORAL CRISTÃ

PRIMEIRA SECÇÃO

Da classificação das virtudes e dos vícios

ARTIGO I

Das virtudes teologais

- 1274-1275. Razão de superioridade da Moral Cristã sobre a das Escolas e das Religiões que a precederam.
- 1276-1277. Classificação dos actos morais adoptada pelos Cristãos.
- 1278. Das três espécies de virtude que, tendo recebido da Religião Cristã um carácter que as distingue das que lhes são análogas nos ensinamentos da Moral universal, foram cognominadas teologais: A fé, a esperança e a caridade.

ARTIGO II

Da Fé Cristã

- 1279-1281. Que a fé é um elemento essencial de qualquer religião: Testemunho de Cícero e de Platão.
- 1282-1284. Que é preciso distinguir na fé os motivos de crer e os objectos da crença.
- 1285-1289. Aplicação deste princípio à escolha de uma Religião: donde se deduz a necessidade de conceder uma fé, ao mesmo tempo implícita e racionada aos dogmas do Evangelho.

ARTIGO III

Da Esperança do Cristão

- 1290-1298. Em que difere a esperança do Cristão da dos pagãos ou dos Judeus: A superioridade sobre o fatalismo dos muçulmanos.

ARTIGO IV

Da Caridade Cristã

- 1299-1301. Em que é que a caridade cristã difere os seus sentimentos de humanidade que a filosofia e a razão recomendam.
- 1302-1308. Do perdão das ofensas: extensão deste dever.
- 1309-1316. Do dever da esmola.

SEGUNDA SECÇÃO

Dos sete pecados mortais e das virtudes contrárias

ARTIGO I

Do orgulho e da humildade

- 1317-1318. Da humildade considerada como uma virtude quase desconhecida da filosofia e somente desvelada pela religião Cristã.
- 1319-1323. Característica desta virtude.
- 1324-1325. Como ela conduz ao espírito de tolerância e de indulgência para com os defeitos do próximo.

ARTIGO II

Da avareza e das virtudes opostas

1326. Ponto de vista sob o qual e Moral Cristã encara o vício da avareza.
1327. Virtudes cujo sentimento cumpre despertar no avaro para destruir nele essas deploráveis inclinações.
- 1328-1330. Outras considerações que podem produzir este efeito.

ARTIGO III

Da luxúria e da castidade

- 1331-1334. Dos meios próprios para combater o vício da luxúria.
1335-1344. Dos diversos graus e da excelência da virtude da castidade.
1345-1348. Que o mérito da profissão do celibato ou da condição de virgindade depende da natureza do fim, a um tempo religioso e caridoso, que se tem o propósito de melhor poder alcançar ao abraçá-los.
1349-1357. Discussão respeitante aos votos de castidade, pobreza e obediência de uso entre os católicos. Argumentos dos Dissidentes.
1358-1362. Resposta dos Católicos.

ARTIGO IV

Da cólera e das virtudes contrárias

- 1363-1365. Origem da cólera.
1366. Dos sentimentos que se devem despertar na alma do Cristão para sufocar o pendor para a cólera.

ARTIGO V

Da intemperança e das virtudes opostas

- 1367-1368. Da natureza da intemperança e dos meios de a combater.
1369- 1376. Rectificação de algumas falsas noções relativas às penitências.

ARTIGO VI

Do ciúme e das virtudes opostas

- 1377-1379. Do ciúme e da inveja: Diferença destes dois vícios e sua fonte comum.
1380. Meio de combatê-los.

ARTIGO VII

Da preguiça e das virtudes contrárias

- 1381-1382. Natureza e gravidade deste vício.
1383. Meios de o combater.

TERCEIRA SECÇÃO

*Da excelência da Moral Cristã e dos caracteres que a distinguem
da Moral ensinada anteriormente por todas as Religiões
e os Filósofos da antiguidade*

- 1384-1386. Que a excelência da Moral Cristã não consiste na novidade das suas doutrinas.

- 1387-1388. Homenagem prestada a muitos princípios de Moral contidos nas obras dos escritores pagãos.
- 1389-1390. Princípios fundamentais da superioridade da Moral Cristã.
- 1391-1394. Como estes princípios operaram a reforma da dissolução pagã.
- 1395-1398. Ataques dos incrédulos contra a Moral Cristã.
- 1399-1403. Resposta a esses ataques.

PREFÁCIO

Com as Prelecções Filosóficas (1813), o Essai sur la Psychologie (1826) e as Noções Elementares de Filosofia Geral (1839), a Teodiceia ou Tratado Elementar da Religião Natural e da Religião Revelada (1845), constitui o corpus documental em que, ao longo de mais de quatro dezenas de anos, o filósofo luso-brasileiro Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846) deu expressão pública ao seu pensamento e ao seu sistema filosófico.

Diversamente, porém, das três obras anteriores, que conheceram já mais de uma edição, tendo exercido alguma influência no meio cultural português e brasileiro, a Teodiceia conservara-se, até agora, em manuscrito, na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa (ms. 1113), de que o filósofo foi membro, dela tendo apenas sido dadas a conhecer algumas páginas, em 1843, sobre o título Da Oração do Cristão, ou, em 1987, a sua primeira parte e o capítulo 1 da segunda parte ¹.

Redigida em francês, como acontece com parte considerável da obra do nosso mais importante filósofo da primeira metade de Oitocentos, a Teodiceia integrava-se no Cours d'études que, movido pela preocupação pedagógica que caracterizou muito da sua acção e da sua produção escrita, Silvestre Pinheiro Ferreira iniciara em 1840, vindo a compreender um Précis d'un cours d'économie politique (1836), um Précis d'un cours de philosophie (1841) — que é a tradução das Noções Elementares de Filosofia Geral, publicadas em Paris em 1839 — e um Précis d'un cours de droit public, administratif et des gens (1845-1846), editados os dois primeiros, em Paris, onde o pensador então vivia,

¹ *Análise*, n.º 7, Lisboa, 1987, pp. 125-156.

e dado à estampa, o último, já em Lisboa, a que o publicista regressara, definitivamente, em 1842.

Quando, passados já os 70 anos, o nosso operoso filósofo redigiu a Teodiceia, havia já tratado, nas suas três obras especulativas anteriores, das questões essenciais daquela disciplina filosófica.

Com efeito, tanto nas Prelecções, como no Essai e nas Noções Elementares, com diverso desenvolvimento e diferente profundidade, Silvestre Pinheiro Ferreira ocupara-se da essência e existência de Deus e dos atributos divinos, bem como do problema do mal, numa perspectiva filosófica que, caracterizada, embora, por um ponto de partida marcadamente sensista e empirista e por uma ética de clara inspiração utilitarista, coincidia, no essencial, com as posições do teísmo tradicional, de matriz cristã.

Defrontava-se o corajoso pensador com a grave dificuldade de procurar fundar numa minguada e frágil base empirista uma teodiceia ortodoxamente fiel à tradição cristã, dificuldade que o levava a não poder encontrar outra prova da existência de Deus que não fosse a que retirava da sua teoria da causalidade, que o conduzia à conclusão da necessária existência de um espírito que fosse a causa primeira de tudo quanto existe.

Esta degradação de Deus, puro espírito criador, em simples demiurgo e em mera causa necessária da máquina cósmica não impedia, contudo, o antigo aluno da Congregação do Oratório de sustentar que, partindo da observação do mecanismo admirável e da sublime harmonia do vasto sistema do mundo, nos é dado ascender à contemplação das infinitas perfeições do seu divino autor, nem de nos apresentar ou propor uma ideia de Deus em que este se definiria como um ser uno, espiritual e livre, criador e eterno, onnipotente e onnipresente, que a tudo assiste com a suma bondade e sabedoria da sua acção providencial, já que, como afirma, tudo «o que acontece no mundo é porque Deus quer»².

Por outro lado, a raiz empirista e sensista do pensamento silvestrino e o carácter declaradamente utilitarista da sua ética não logravam levar de vencida o influxo que a teodiceia leibniziana e o seu fundamental optimismo exerciam no sistema filosófico do autor das Prelecções quando se tratava de defrontar o problema ou mistério do mal e de compatibilizar a sua realidade com a existência de um Deus que é a suprema bondade, sabedoria e perfeição. Na verdade, partindo da noção de harmonia cósmica e da ordem que, segundo ele, resulta do complexo dos acontecimentos que se passam no mundo, tanto dos que nos causam prazer como dos

² Prelecções, §§ 189-190, Essai, § 43 e Noções Elementares, Ontologia, § 73, notas E e I à ideologia.

que nos molestam, concluía o filósofo que, quando considerados relativamente ao fim da criação, aqueles que se nos afiguram como males são verdadeiros bens, porquanto todos concorrem para a realização desse mesmo fim ³.

De acordo com o pensamento expresso e desenvolvido por Silvestre Pinheiro Ferreira nas três obras filosóficas anteriores, se era verdade que a consideração da harmonia e da ordem cósmicas nos possibilitava remontar à contemplação da infinita perfeição divina, no entanto, a razão, apoiada exclusivamente na mera experiência sensível, nunca nos permitiria avaliar ou compreender essa mesma perfeição. Deste modo, entendia o filósofo que unicamente através da revelação seria possível ao homem conhecer a sublimidade dos mistérios de Deus.

É este seu modo de compreender os limites da razão e o papel da revelação no conhecimento do Ser divino que explica o intento do autor ao redigir a sua Teodiceia, bem como o conceito que tem desta disciplina filosófica, consideravelmente mais amplo do que o geralmente aceite no seu tempo, na esteira do tratado leibniziano subordinado àquela denominação. Com efeito, segundo a orientação então dominante, a Teodiceia apresentava-se como um tratado sobre Deus, considerado em si próprio, nos seus atributos e nas suas relações com o mundo criado e, em especial, com o homem, enquanto ser moral, susceptível de aperfeiçoamento indefinido. Ora, segundo o nosso filósofo, se, por um lado, o estudo de tais problemas, confinado aos limites da razão humana, se apresentava como reconhecidamente insuficiente, por outro, afigurava-se-lhe inegável que a especulação filosófica poderia ser de utilidade para a Revelação, pois permitiria depurá-la e completá-la.

Deste modo, havendo tratado já, anteriormente, da existência e dos atributos de Deus, numa perspectiva puramente racional, considerava necessário acrescentar-lhes uma consideração das relações dos atributos divinos com a moral humana, completando o ponto de vista filosófico com os dados da revelação judeo-cristã, esclarecidos e depurados, no entanto, pela luz da razão, pretendendo esta sua derradeira obra ser o coroamento e o indispensável complemento do seu sistema de pensamento.

São, pois, este conceito alargado da Teodiceia e este desígnio, a um tempo pedagógico e ético, que explicam o plano e o conteúdo da obra, dividida em duas partes, de muito desigual extensão, dedicadas, como o seu próprio título sugere, ao estudo da religião natural (§§ 1-44)

³ Noções, nota C à Ontologia e «Se o homem fosse dotado da presciência do futuro, seria ele mais feliz ou mais infeliz do que é actualmente?» em *O Panorama*, vol. II, 2.^a série, Lisboa, 1843.

e da religião revelada (§§ 44-1403). Enquanto a primeira se reduz a um único e relativamente breve capítulo, a segunda compõem-se de sete, que tratam, sucessivamente, dos caracteres da religião revelada (cap. i) da única religião verdadeira, contida nos livros do Antigo e do Novo Testamento (cap. ii), dos caracteres que distinguem a verdadeira Igreja de Jesus Cristo (cap. iii), das diversas espécies de doutrina da religião cristã e dos caracteres do dogma (cap. iv), dos mistérios da religião cristã (cap. v), dos sacramentos (cap. vi) e da moral cristã (cap. vii).

Cumprir notar, desde já, que, quanto à noção de religião natural, que constitui o objecto da primeira parte da Teodiceia silvestrina, longo e sinuoso foi o caminho trilhado pelo nosso filósofo. Na verdade, em 1813, na 26.^a das suas Prelecções Filosóficas, não hesitava em recusar a expressão religião natural, por, coerente com o fundamento empirista da sua filosofia, pensar que por religião deveria entender-se sempre e só a ética cuja sanção não pode ser conhecida pela observação nem pela experiência. Assim, a chamada religião natural mais não seria do que o conjunto de deveres morais que nos são ensinados pela experiência e pela razão, mas cuja razão de ser e cuja sanção a razão não pode conhecer nem demonstrar, ou seja, toda a religião seria, necessariamente, produto da revelação divina.

Efectivamente, se a experiência ou a razão nos não poderiam dar a conhecer a razão de ser e a sanção dos deveres morais, estas careceriam de nos ser relevadas «por quem possa ter conhecimentos que lhe não venham, nem dos factos de humana experiência, nem por inferência desses factos», i. e., da razão. Mas assim como a faculdade que temos de adquirir conhecimentos por via empírica e racional é obra imediata de Deus, que nos criou, também os conhecimentos que o homem adquire pela revelação são imediata obra divina na alma daqueles que Deus teve por bem privilegiar de entre todos os mortais ⁴.

Treze anos depois, naquela que é, porventura, a mais sistemática e acabada das suas obras de cariz especulativo, o *Essai sur la psychologie*, Silvestre Pinheiro Ferreira assumirá uma atitude menos negativa e radical quanto à expressão religião natural e ao conceito que com ela se pretende referir.

O filósofo continua a atribuir um conteúdo eminentemente ético ao conceito de religião, como o ensino, a prática e o amor da virtude, em especial da adoração de Deus, síntese de todas as virtudes, baseados não nas convenções arbitrárias e amiúde erróneas das leis sociais, nem

⁴ *Prelecções Filosóficas*, Rio de Janeiro, 1813, §§ 843-847.